



Violência Doméstica

UMAR saúda regulamentação de novas medidas para proteger vítimas (c/áudio)

2010-04-14, 16h06

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 14 abr (Lusa) - A UMAR saudou hoje as novas medidas de proteção para vítimas de violência doméstica, considerando que o facto de haver atualmente uma Secretaria de Estado para a Igualdade marca uma diferença em relação ao passado.

"Saudamos a regulamentação da lei dentro dos prazos e pensamos que o facto de haver uma Secretaria de Estado para a Igualdade pode ser importante, no sentido em que há uma parte do Estado que está voltada para estas problemáticas", disse à agência Lusa a presidente da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), Maria José Magalhães.

A UMAR promete agora ficar vigilante para que a aplicação da legislação seja efetiva, "de acordo com a proteção da vítima e a melhoria das respostas sociais".

Para Maria José Magalhães, foram dados passos importantes, mas é preciso continuar a lutar no sentido de uma maior consciencialização na aplicação das medidas relativas à violência doméstica, nomeadamente a punição dos agressores.

"Tem havido na sociedade portuguesa uma muito lenta consciencialização e uma muito lenta concretização da efetiva punição dos agressores", para que estes "percebam as consequências do seu crime e deixem de continuar com tudo aquilo que é o habitual das suas vidas", considerou.

"Eles ficam nas suas casas, nos seus empregos, continuam nas suas redes sociais e, se não houver aqui esta concretização da punição dos agressores, a sociedade fará a revitimização da pessoa que já é vítima", sustentou.

A presidente da UMAR lembrou os casos de mulheres que tiveram de mudar de casa e procurar outro emprego para fugir do agressor.

"O que esperamos é que a regulamentação, que saudamos, tenha consequências práticas na aplicação de medidas que signifiquem um aumento de qualidade de vida das vítimas e uma proteção", declarou.

A UMAR acolheu com satisfação o estatuto da vítima: "É uma figura jurídica com a qual concordamos, que sempre defendemos e lutámos por ela".

A dirigente da UMAR acredita que o estatuto pode permitir um sistema de resposta integrada, ou seja,

uma maior articulação nas respostas de proteção e apoios sociais para que a vítima reorganize um projeto de vida.

"Pensamos que é importante que a concretização seja efetiva e alargada a todo o território nacional", desejou Maria José Magalhães, defendendo que Portugal já tem vários estudos académicos e experiência no trabalho de combate à violência doméstica.

"Esperamos que as medidas, quer de proteção das vítimas, quer de punição dos agressores - como a tele-assistência, as chamadas pulseiras eletrónicas, as medidas de coação do agressor e de afastamento - sejam mais efetivas e alargadas a todo o território", disse.

Considerou, porém, que o facto de haver hoje nova legislação e uma secretária de Estado para a Igualdade mostra que "mais uma vez o Governo entende que a violência doméstica é uma prioridade na sua atuação".

Sobre o número de queixas às autoridades hoje divulgado, Maria José Magalhães destacou que o aumento se aproxima dos 11 por cento na maioria dos distritos, o que equivale a "uma maior sensibilidade por parte das instituições e a uma maior sensibilização e consciencialização por parte das vítimas".

AH.

+++ Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico +++

Fonte: Agência LUSA
